

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 15, número 2 (2024)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro: tendências e perspectivas

*Jóvenes en el mercado de trabajo agrícola formal
brasileño: tendencias y perspectivas*

*Young people in the formal Brazilian agricultural labor
market: trends and perspectives*

José Ediglê Alcantara Moura

Universidade Federal do Ceará - Brasil
edigle.economia@gmail.com

Moacir de Souza Júnior

Universidade Federal do Ceará - Brasil
msjunior0902@gmail.com

Filipe Augusto Xavier Lima

Universidade Federal do Ceará - Brasil
filipeaxlima@yahoo.com.br

Kilmer Coelho Campos

Universidade Federal do Ceará - Brasil
kilmer@ufc.br

Como citar este artigo:

MOURA, José Ediglê Alcantara; SOUZA JÚNIOR, Moacir de; LIMA, Filipe Augusto Xavier; CAMPOS, Kilmer Coelho. Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro: tendências e perspectivas. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 202-226, 2024. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro: tendências e perspectivas

Jóvenes en el mercado de trabajo agrícola formal brasileño: tendencias y perspectivas

Young people in the formal Brazilian agricultural labor market: trends and perspectives

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o mercado de trabalho formal de jovens (em idades entre 15 e 29 anos) alocados no setor agropecuário brasileiro, nos anos de 2010, 2019 e 2021. Metodologicamente, recorre-se à análise tabular e descritiva dos dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e do Emprego. Os resultados mostram o crescimento do emprego formal juvenil agropecuário, liderado pelas mulheres, no biênio 2019-2021. Elas estão alocadas, expressivamente, na região Sudeste, com ensino médio completo e recebendo até dois salários-mínimos. Embora as mulheres tenham aumentado seu grau de qualificação, superior ao dos homens, elas continuam recebendo os menores salários e são marcadas pela elevada rotatividade no setor agropecuário.

Palavras-Chave: Juventude rural; Desigualdade de gênero; Emprego juvenil.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el mercado de trabajo formal de los jóvenes (entre 15 y 29 años) ubicados en el sector agrícola brasileño, en los años 2010, 2019 y 2021. Metodológicamente, utilizamos el análisis tabular y descriptivo de los datos del Informe Anual de Seguridad Social del Ministerio de Trabajo y Empleo. Los resultados muestran el crecimiento del empleo formal juvenil en la agricultura, liderado por las mujeres, en el bienio 2019/2021. Ellas se ubican significativamente en la región Sureste, con educación secundaria completa y recibiendo hasta dos salarios mínimos. Aunque las mujeres han aumentado su nivel de cualificación, superiores al de los hombres, siguen recibiendo salarios más bajos y sufren con la alta rotación del personal en el sector agrícola.

Palabras-Clave: Juventud rural; Desigualdad de género; Empleo juvenil.

Abstract

This article aims to analyze the formal labor market of young people (aged between 15 and 29 years old) allocated to the Brazilian agricultural sector, in the years 2010, 2019 and 2021. The methodology includes tabular and descriptive analysis of data from the Annual List of Social Information from the Ministry of Labor and Employment. The results show some growth in formal youth agricultural employment, led by women, in the 2019/2021 biennium. They are allocated, significantly, in the Southeast region, with complete secondary education and receive up to two minimum wages. Although women have advanced to a higher level of qualification than men, they continue to receive lower salaries and are marked by high turnover in the agricultural sector.

Keywords: Rural youth; Gender inequality; Youth employment.

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos



Introdução

Ao longo do crescimento econômico brasileiro, o setor agropecuário passou por significativas transformações impelidas pela conjuntura substitutiva de importações, desenvolvida a partir de 1960. Nesse período, a atuação do Estado desempenhou um papel decisivo nas modificações na base técnica da produção, por intermédio do uso intensivo de equipamentos, fertilizantes, máquinas e insumos modernos, que permitiram a obtenção de maiores rendimentos na produção (Kageyama; Leone, 2002; Pires; Ramos, 2009).

Nesse sentido, o processo de desconcentração produtiva alicerçada na “modernização conservadora”, a partir da década de 1970, fortaleceu a agricultura brasileira mediante eficiência da base técnica da produção expressada pelos elevados ganhos de produtividade. Isso contribuiu, por um lado, para uma maior geração de divisas; por outro lado, viabilizou o agravamento da estrutura fundiária, permitindo a reprodução das estruturas sociais vigentes (Silva; Kageyama, 1983; Graziano da Silva, 1999; Cano, 2011).

Com a crise fiscal do Estado, na década de 1980, o setor agropecuário foi o responsável pela geração majoritária de recursos na conta comercial, capaz de amortizar o pagamento dos juros internacionais. Não obstante, as questões sociais no campo não foram priorizadas, elevando a pobreza, o desalento e a migração para os centros urbanos (Bacha, 2004).

Em 1990, a economia brasileira ingressou em uma fase de redimensionamento do papel do Estado, sob a influência das reformas de orientação neoliberal (Araújo, 2017; Baltar, 2015). A partir dessa inflexão na trajetória de desenvolvimento brasileira, observa-se um processo de desregulamentação do mercado de trabalho, evidenciado pelo aumento significativo da terceirização, da jornada de trabalho e da rotatividade (Corseuil *et al.*, 2013; Kon, 2016).

A partir da abertura comercial na década de 1990, os impactos do processo de inovação tecnológica implantados na atividade agropecuária no país, evidenciados desde a década de 1960, atingiram expressivamente o mercado de trabalho (Costa; Vieira Filho, 2020). Ainda que o aumento da tecnologia no campo tenha ampliado a produtividade, isso tem provocado ônus para a força de trabalho, mediante o aumento do desemprego tecnológico, ocasionando o trade off entre o acréscimo da produção e a queda das ocupações (Del Grossi, 2008; Balsadi, 2009; Silva; Vian, 2021).

Salienta-se, ainda, que ocorreu o arrefecimento no rendimento médio das famílias; ao passo que a produção agropecuária vem crescendo em escala pujante e ganhando competitividade no mercado nacional e internacional (Balsan, 2006; Santos *et al.*, 2010; Vieira Filho, 2014). Nesse cenário, a partir dos anos 2000, percebe-se a reestruturação produtiva e os novos métodos de organização da produção aliados à flexibilização das leis trabalhistas, impactando em uma nova dinâmica no meio rural brasileiro, com a inserção do trabalho temporário e da pluriatividade nas relações sociais de produção (Buainain *et al.*, 2014; Mattei, 2015).

Contudo, sob a óptica de gênero, a inserção da mulher no mercado de trabalho agropecuário é caracterizada por um nível elevado de discriminação, em que, mesmo ocupando o posto de trabalho com a mesma qualificação que

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

os homens, ainda persiste a desigualdade salarial por gênero (Hirata, 2015).

Além da discriminação salarial por gênero, ocorre também a discriminação por faixa etária, notadamente à população jovem. Estudos internacionais direcionados aos trabalhadores jovens apontam o menor acúmulo de capital humano e proteção contra a demissão em relação aos demais grupos etários (Dunsch, 2016). Paralelamente, Huckfeldt (2018) ratifica o aumento no nível de exigência dos empresários em períodos de crise como determinante para o crescimento do desemprego juvenil.

Especificamente para o setor da agricultura, alvo deste estudo, faz-se oportuno destacar a precarização do mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro, tema que foi debatido nos estudos para a região Nordeste (Silva Filho; Mariano, 2011), nos estados da Bahia e do Ceará (Moura; Paiva, 2018), assim como na região Centro-Oeste (Silva Filho; Silva; Queiroz, 2010).

Todavia, identificou-se uma lacuna nos trabalhos sobre mercado de trabalho formal¹ agropecuário brasileiro desagregado por homens e mulheres, tendo em vista que apenas o estudo de Amaral, Rodrigues e Staduto (2020) concentrou-se em avaliar as disparidades de gênero, limitando-se às microrregiões paranaenses. Por conseguinte, não se encontrou na literatura estudos que procuraram detalhar o perfil socioeconômico e demográfico dos jovens, considerando o sexo, no setor agropecuário em nível nacional e com uma abordagem temporal relativamente atualizada. Diante desse panorama, o presente trabalho visa preencher essa lacuna ao incorporar uma abordagem inovadora nesse sentido.

Nessa perspectiva, este estudo procura responder às seguintes indagações: qual o perfil socioeconômico e demográfico dos trabalhadores jovens alocados no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro nos últimos anos? A desigualdade salarial entre homens e mulheres jovens no setor agropecuário diminuiu ao longo dos anos? A hipótese norteadora a ser seguida para responder tais questionamentos é de que o aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho agropecuário não se traduziu em melhorias sistemáticas no padrão de vida dos ocupados, principalmente para as mulheres, independentemente do nível de escolaridade.

Em face da relevância dessa faixa etária, o objetivo deste estudo é analisar o mercado de trabalho formal de jovens (idades entre 15 e 29 anos) alocados no setor agropecuário brasileiro, nos anos de 2010, 2019 e 2021. A pesquisa busca ampliar a compreensão tanto dos formuladores de políticas públicas quanto da sociedade em geral acerca do comportamento do mercado de trabalho formal para jovens na agropecuária brasileira.

Este trabalho se reveste de relevância, tendo em vista que o emprego juvenil é rotineiramente analisado pela compilação dos setores da atividade econômica (Silva Filho; Silva; Queiroz, 2015), sem uma análise desagregada, principalmente para o setor agropecuário, que passa por problemas de sucessão geracional, demandando decomposições analíticas, por sexo e faixa etária, do

1 Conforme Balsan (2006), a formalidade é uma condição relevante para a obtenção de aposentadorias e pensões por parte dos trabalhadores, tornando-se, conseqüentemente, também essencial para a previdência social, devido à expansão da sua base de contribuintes. Ademais, os benefícios previdenciários têm contribuído para melhorias no bem-estar da população rural.

contingente populacional alocado nas atividades do setor primário, em conformidade com Stoffel (2013).

Nessa perspectiva, o ano de 2010 foi escolhido pelo fato de o Brasil ter experimentado o maior crescimento econômico dos 25 anos (7,5% a.a), resultando em uma significativa geração de empregos formais em todos os setores da atividade econômica (Baltar, 2015; Araújo, 2017). Em contraste, o ano de 2019 apresenta um cenário de baixo crescimento econômico (1,2% a.a) e se destaca por anteceder os impactos da pandemia² causada pelo vírus SARS-CoV-2. Já o ano de 2021 foi escolhido nesta pesquisa pelo fato de ser o mais recente com dados disponíveis pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), além de refletir uma melhoria nas condições sanitárias referentes à crise da pandemia.

Para atender ao objetivo delineado neste estudo, o artigo segue uma estrutura composta por quatro seções, além desta introdução. A segunda seção aborda a revisão de literatura, explorando temas como desigualdade de gênero, juventude, transformações no meio rural e mercado de trabalho formal agropecuário. Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo são detalhadamente descritos na terceira seção. Em seguida, os resultados são apresentados e discutidos, sendo a última seção do texto reservada para as considerações finais.

Revisão de literatura

Na presente seção, busca-se elucidar de maneira sucinta a problemática da desigualdade de gênero no contexto brasileiro. Em seguida, consta um breve debate sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho. Posteriormente, dedica-se às transformações recentes do meio rural brasileiro.

Um breve debate sobre a desigualdade de gênero

Em conformidade com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), as desigualdades de gênero referentes à inserção no mercado de trabalho são uma realidade em escala global, destacando-se com maior intensidade nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. No rol dos países emergentes, a taxa de participação, em 2018, era de 76,1% entre os homens e apenas 45,6% entre as mulheres, ou seja, uma diferença de 30,5 pontos percentuais. Nessa perspectiva, a disparidade entre a taxa média de participação masculina e a taxa feminina era bem menor nos países desenvolvidos (68% contra 52,4%); e, nos países em desenvolvimento, 81,1% contra 69,3%.

De acordo com Myrrha, Queiroz e Campos (2021), além das disparidades salariais no trabalho remunerado, torna-se relevante destacar que as mulheres não apresentam a mesma participação no mercado de trabalho que os homens. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apenas

2 As elevadas taxas de desemprego, decorrentes da crise político-econômica brasileira vivenciada desde 2015, agravaram-se significativamente no ano de 2020, devido ao baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), à queda dos investimentos públicos e privados e à desvalorização do salário mínimo. Esses fatores foram potencializados pela crise sanitária mundial da Covid-19 (Xavier et al., 2020).

40,9% das mulheres com mais de 10 anos estavam trabalhando em 2014, ao passo que 57,5% dos homens estavam ocupados.

Na primeira década do século XXI, as reduções da pobreza absoluta e das desigualdades regionais e sociais, aliadas ao dinamismo do mercado interno, favoreceram o aumento dos rendimentos das famílias menos favorecidas. No entanto, as disparidades entre a geração de empregos para o sexo feminino, comparado ao masculino, ainda são expressivas. Nesse contexto, percebe-se que o elevado crescimento da oferta de postos de trabalho formais ainda não é suficiente para suprir a demanda decorrente do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina (Kon, 2016).

Como forma de sedimentar a análise, é imperativo considerar o estudo de Barros e Mendonça (1995) como referência nas concepções teóricas e empíricas para explicar as disparidades de renda. O referido trabalho serve como alicerce para os pressupostos necessários para análise da assimetria salarial, decorrente das diferenças de produtividade, associada à teoria do capital humano e da discriminação no mercado de trabalho, resultante da segmentação na remuneração de trabalhadores com o mesmo nível de produtividade.

Seguindo essa abordagem, Hoffmann (2000) evidencia que, no Brasil, as mulheres tendem a receber uma remuneração inferior à dos homens, enquanto pessoas brancas recebem mais do que pessoas negras, mesmo quando suas produtividades são equivalentes. Conforme um estudo conduzido pela ONU (2017), a desigualdade de gênero se destaca como uma característica marcante da economia brasileira. Vale notar que, entre as mulheres ocupadas no Brasil, uma parcela expressiva de 34,02% ocupa a posição de chefes de família, e 53,6% são não brancas (ou seja, negras, pardas, etc.). Mesmo possuindo níveis de instrução relativamente superiores aos homens, essas mulheres ainda se encontram inseridas em segmentos precários, o que reflete nos baixos salários recebidos e na elevada rotatividade.

Segundo Hirata (2015), em um contexto de crise política e recessão econômica, as consequências variam conforme o sexo dos trabalhadores, sendo que as mulheres são relativamente mais penalizadas. Destarte, é relevante reconhecer que a conjuntura do país exerce uma influência expressiva na participação e na remuneração de ambos os sexos no mercado de trabalho.

Breves considerações sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho

Pochmann (2000) destaca que os jovens enfrentam dificuldades adicionais para encontrar trabalho e nele se manterem, uma vez que, além da relativa inexperiência, encontram poucas oportunidades. Essa situação se agrava significativamente entre os jovens de baixa renda, pois são compelidos a assumir rapidamente postos de trabalho para obter uma renda capaz de sustentar as despesas familiares. Esse cenário geralmente compromete a possibilidade de continuidade da formação escolar e busca por maior qualificação profissional, fatores que, posteriormente, poderiam contribuir para o desenvolvimento de suas trajetórias profissionais.

Em conformidade com Reis (2015), a busca pelo primeiro emprego é caracterizada por uma duração substancialmente maior entre os jovens. O autor

também ressalta que o primeiro emprego costuma ser marcado por uma intensa precarização, evidenciada em aspectos como salário, informalidade e estabilidade.

No que se refere à rotatividade dos jovens com idade entre 15 e 24 anos no mercado de trabalho, Corseuil *et al.* (2013) identificaram elevadas taxas de movimentação no setor formal, prejudicando o desenvolvimento de habilidades e experiências profissionais. Isso, a longo prazo, limita as oportunidades de melhoria na produtividade, visto que o tempo de serviço funciona como uma proxy para os níveis salariais

Na região Nordeste, Paulo e Alves (2021) observaram uma diminuição nos níveis de participação dos jovens no mercado de trabalho ao longo dos anos. Além disso, constataram que, de maneira geral, os jovens enfrentam condições laborais mais precárias em comparação aos demais grupos do mercado de trabalho.

Transformações recentes no meio rural brasileiro

Em face da emergência de novas tendências no meio rural brasileiro, notadamente na segunda metade do século XX, torna-se pertinente uma revisão do conjunto dessas transformações, tendo em vista que o meio rural desempenha funções tradicionais no que concerne à demanda por bens de capital, fornecimento de mão de obra e matérias-primas para o meio urbano. Além disso, o meio rural passa a, cada vez mais, abranger atividades não agrícolas, como a indústria e os serviços (Souza, 2009).

A partir da década de 1960, a agricultura passou gradualmente de um modelo tradicional, dependente dos recursos naturais e utilizando meios rudimentares, para um modelo preponderantemente mecanizado e mais intensivo em capital. Esse período é marcado pelo início de um novo padrão econômico, sob a hegemonia do modelo de substituição de importações, que promoveu a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) (Teixeira, 2005).

Com apoio do Estado, o período de grande expansão e fortalecimento da modernização agropecuária intensificou-se em 1964, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no Governo Castelo Branco (1964-1967). O SNCR fazia parte das reformas institucionais, especialmente no âmbito financeiro, que foram responsáveis pela implementação de taxas de juros subsidiadas e alocação significativa de recursos para impulsionar as atividades produtivas. Essa política envolvia atividades referentes à assistência técnica, pesquisa, seguro, armazenamento e práticas relacionadas à agroindustrialização dos insumos rurais (Bacha, 2004).

Graziano Neto (1985) e Mueller (1992) identificaram no Brasil, no final dos anos 1960, a implementação de ações que evidenciavam a presença de uma “modernização conservadora”. Esse tipo de modernização é caracterizado pela promoção de mudanças na base técnica da produção sem a realização de reformas estruturais que poderiam arrefecer a desigualdade distributiva existente, principalmente em relação à posse das terras. Essa estratégia culminou na consolidação do modelo dos CAIs, beneficiando os latifúndios por meio de vultosos incentivos econômicos, como os subsídios concedidos, em detrimento da agricultura familiar, com o propósito de atingir o padrão

técnico dos países desenvolvidos.

Nessa etapa, merece destaque o período entre 1968 e 1973, caracterizado pelo "milagre econômico", no qual foi observado um expressivo aumento no setor de bens intermediários e de capital na indústria brasileira. Esse crescimento se deu com base na capacidade ociosa e em condições externas favoráveis, que permitiram a exportação de produtos agropecuários, contribuindo para estimular os investimentos modernizantes (Gremaud; Vasconcelos; Toneto, 2002). O aumento dos salários médios, decorrente desse crescimento industrial, pressionou a demanda por alimentos, impulsionando, assim, a modernização agropecuária (Araújo, 2017). Nessa perspectiva, é possível perceber que o meio rural passou por transformações de caráter econômico e político, especialmente na infraestrutura, por meio da introdução de aparatos tecnológicos modernos. Essa mudança ocorreu, sobretudo na década de 1970, com a constituição da chamada "Revolução Verde" (Silva; Vian, 2021).

Esse termo supracitado consistia no pacote tecnológico que visava a utilização de fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, combustíveis e máquinas industriais. Esse conjunto de práticas era amparado pela conjuntura de intervenção estatal que apoiava o setor agropecuário, por meio da implementação de políticas de crédito subsidiado, preços mínimos e assistência técnica (Kageyama; Leone, 2002; Delgado, 2012).

Na década de 1970, assistiu-se ao desenvolvimento interno da produção industrial em resposta à demanda desse segmento em processo de modernização. Nessa transição para a utilização de técnicas mais sofisticadas, a agropecuária se mostrou relevante para o progresso técnico desse setor e para a transformação da própria estrutura da economia do país (Cano, 2011). Paralelamente, vale destacar a influência das ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como estratégia a complementação da matriz industrial brasileira, mediante o estímulo dos setores de bens de capital e insumos básicos, passando a ter, internamente, os ramos produtores de máquinas, equipamentos agrícolas, insumos e defensivos (Bacha, 2004).

Segundo Graziano da Silva (1999), na década de 1980, a População Economicamente Ativa (PEA) rural cresceu em proporção superior à PEA agrícola, indicando um crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural. No que se refere à distribuição do emprego agrícola, esta não variou entre os domicílios urbanos e rurais. No entanto, é importante destacar o aumento do desemprego rural nessa década, que passou de 6,8%, em 1981; para 8,3%, em 1990, e a redução da importância da PEA rural dentro da PEA total, que declinou de 29,4%, em 1981; para 26,1%, em 1990.

Na década de 1990, ocorreu uma maior integração da economia brasileira à economia internacional, beneficiando notadamente as cadeias do agronegócio. Simultaneamente, a estabilização de preços (Plano Real) impactou na modernização agropecuária nacional, devido à política de sobrevalorização cambial, que reduziu os custos das máquinas e equipamentos importados para a ampliação da capacidade produtiva (Gremaud; Vasconcelos; Toneto, 2002).

Nos anos 2000, o panorama da agropecuária nacional revela a expressividade do agronegócio, evidenciado pela sua elevada produtividade destinada ao abastecimento do mercado interno e externo (Sousa; 2011; Silva;

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

Botelho, 2014). Ao mesmo tempo, nota-se o crescimento da pluriatividade nos espaços rurais, proporcionando maior possibilidade de renda para as famílias, além de reduzir o êxodo rural (Schneider, 2009; Mattei, 2015).

Araújo (2017) destaca que com a melhora do setor externo na primeira década do século XXI, observa-se o crescimento das exportações brasileiras, principalmente de commodities, impulsionando a expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados, especialmente no Nordeste brasileiro.

Procedimentos metodológicos

Base de dados

No presente estudo, foram utilizados dados secundários provenientes da RAIS³ do MTE. Essa é a principal base de dados do mercado de trabalho formal brasileiro⁴. Possui como principais características: abrangência geográfica de todo o território nacional; natureza de levantamento de registro administrativo; periodicidade anual e com uma cobertura de aproximadamente 97% do mercado de trabalho formal brasileiro (RAIS, 2023). Para atender ao objetivo deste estudo, a base de dados foi filtrada para selecionar os indivíduos de 15 a 29 anos, empregados formalmente no setor agropecuário brasileiro, considerando ambos os sexos. Esse recorte, aplicado a um setor econômico e a vínculos laborais dentro da formalidade, contribui para reduzir vieses que poderiam influenciar a comparação dos trabalhadores em relação às variáveis analisadas.

Métodos analíticos e variáveis consideradas no estudo

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa de caráter descritivo. De acordo com Silva, Lopes e Braga Júnior (2014), a pesquisa quantitativa concentra-se em dados numéricos e faz sentido quando há um problema definido e existem informações confiáveis sobre o objeto do estudo. Quanto ao caráter descritivo, conforme Gil (2010) destaca, o propósito é descrever as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações específicas, e serve como base para sustentar os conhecimentos apresentados por meio da análise das estatísticas descritivas, como a distribuição de frequências absolutas e relativas.

As variáveis selecionadas para o alcance do objetivo proposto foram: participação dos jovens no setor agropecuário brasileiro, sexo dos jovens ocupados no setor agropecuário por região, escolaridade, remuneração e tempo de serviço no Brasil. No que se refere à escolha dessas variáveis, baseou-se nos estudos teóricos de Barros e Mendonça (1995), Leone (2007), Bruschini

3 O banco de dados da RAIS contém informações acerca do estoque total de ocupados, desde a escala municipal até a nacional, em todos os setores de atividades econômicas consideradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), conforme a base de registros administrativos dos ocupados formalmente no dia 31/12 de cada ano calendário (RAIS, 2023).

4 Este estudo utilizou a RAIS no lugar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para operacionalizar o universo mercado de trabalho formal, em vez de realizar inferências sobre a população por meio da amostragem.

(2007) e Hirata (2015); e nos estudos empíricos de Moura e Paiva (2018) e Amaral, Rodrigues e Staduto (2020).

Após a extração dessas variáveis, os dados foram coletados, tabulados para organização e apresentação, seguidos de análises específicas.

Resultados e discussão

Esta seção destina-se aos resultados e discussão do trabalho. Assim sendo, apresenta-se quantos são, onde estão e quem são os jovens alocados no setor formal agropecuário brasileiro.

Quantos são os jovens alocados no setor formal agropecuário brasileiro?

Os dados da Tabela 1 revelam a participação de jovens no mercado de trabalho formal agropecuário, em relação aos ocupados do setor agropecuário, abrangendo todas as faixas etárias.

Os números indicam que, em 2010, 31,19% dos postos formais de trabalho do setor agropecuário estavam destinados à PEA juvenil. Em 2019, houve uma redução de 5,72 pontos percentuais, resultando em cerca de um quarto do total de postos de trabalhos para essa faixa etária, sinalizando uma diminuição na participação da faixa etária de 15 a 29 anos no cômputo do emprego formal agropecuário. Em 2021, observa-se um leve aumento do emprego juvenil, totalizando 406.431 em termos absolutos (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação de jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro, 2010, 2019 e 2021

Ano	Emprego formal do setor agropecuário para todas as faixas etárias (A)	Emprego formal do setor agropecuário para os jovens de 15 a 29 anos (B)	Participação B/A (%)
2010	1.409.597	439.702	31,19
2019	1.469.181	374.271	25,47
2021	1.528.943	406.431	26,58

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

Importante salientar que o Brasil está passando por um processo de transição demográfica, no qual as taxas de reposição convergem para taxas decrescentes e em ritmo inferior à taxa de mortalidade (Santos; Ferreira, 2020). Nessa perspectiva, a tendência crescente do mercado de trabalho é absorver cada vez mais pessoas com faixas etárias elevadas como forma de compensar a falta da mão de obra juvenil, o que ameaça a sucessão geracional no meio rural brasileiro (Del Grossi, 2008).

Em relação às ocupações de jovens no setor agropecuário brasileiro (Tabela 2), em 2010, 439.702 trabalhadores estavam inseridos formalmente nessa atividade. Entretanto, em 2019, esse número reduziu para 374.271, representando uma variação negativa de 14,88% (Tabela 2), inferior a variação em todas as atividades produtivas do país considerando essa coorte, a qual atingiu -17,97%, entre 2010/2019.

Dois anos depois (2021), após a crise sanitária ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, o número de trabalhadores jovens no setor agropecuário atinge 406.431

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

ocupados, registrando uma variação de 8,59%. Esse aumento é superior ao observado pelos setores da atividade econômica em que os jovens ocupam postos de trabalho (4,41%), conforme evidenciado na Tabela 2.

Quanto ao ingresso no mercado de trabalho, em 2010, constatou-se que 83,72% (368.144) dos trabalhadores jovens eram do sexo masculino, enquanto 16,28% (71.558) eram mulheres. Em 2019, observou-se uma pequena redução na participação relativa masculina, representando 83,17% (ou 311.304), e feminina, equivalente a 16,83% (ou 62.967), resultando em uma variação negativa de 15,44% para os homens e 12,00% para as mulheres (Tabela 2).

Tabela 2 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro, segundo o sexo – 2010, 2019 e 2021

Sexo	2010	2019	2021	Variação (%)	
	Abs.	Abs.	Abs.	2010/2019	2019/2021
Masculino	368.144	311.304	330.831	-15,44	6,27
Feminino	71.558	62.967	75.600	-12,00	20,06
Total	439.702	374.271	406.431	-14,88	8,59

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

Em 2021, percebe-se leve redução na participação masculina (81,39% ou 330.831), enquanto as mulheres aumentam sua participação (18,80% ou 75.600), resultando em uma variação de 6,27% para os homens e 20,06% para as mulheres, demonstrando o maior crescimento do sexo feminino no setor agropecuário formal brasileiro. Essas evidências divergem dos achados de Paulo e Alves (2020) ao constatarem queda da PEA juvenil. No entanto, o estudo supracitado considerou a agregação dos setores da atividade econômica e apenas a região Nordeste.

Os números da Tabela 2 convergem com a literatura recente sobre o mercado de trabalho e a demografia, destacando que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho está associado à redução na taxa de fecundidade, ao crescimento da interdependência econômica e ao maior nível de escolaridade. Essas constatações foram corroboradas tanto em nível internacional (Mendel; Semyonov, 2014) quanto em âmbito nacional (Myrrha, Queiroz; Campos, 2021).

Em termos setoriais, conforme apontado por Vieira Filho (2014), observa-se a criação de empregos mais intensivos em capital, especialmente na agropecuária, tornando-a mais compatível para o acesso das mulheres a esses postos de trabalho.

Onde estão os jovens alocados no setor formal agropecuário brasileiro?

No tocante à distribuição dos ocupados do setor agropecuário, nota-se que, no período analisado, uma parcela significativa dos jovens que integram formalmente esse setor, tanto masculino quanto feminino, concentra-se preponderantemente na região Sudeste. Não obstante, é importante destacar que, ao longo do intervalo de tempo 2010/2019/2021, ocorreu uma diminuição na participação relativa de jovens, tanto homens quanto mulheres, nessa região.

Provavelmente, com as transformações ocorridas no processo de inovação

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

tecnológica no campo, as atividades relacionadas à cana-de-açúcar⁵, laranja e café tenham experimentado impactos positivos em relação à produtividade do trabalho. No entanto, sob a óptica da desocupação da mão de obra envolvida nas atividades manuais de cultivo, o impacto foi adverso, mediante crescimento da vulnerabilidade socioeconômica.

Os dados revelam que, no período analisado, apenas as regiões Sudeste e Sul apresentam uma proporção maior de empregos formais para mulheres jovens em comparação aos homens. Vale destacar que, considerando a região Sudeste, a RAIS (2023) indica que 60,41% dos empregos formais do setor agropecuário alocados para os jovens estão concentrados no Estado de São Paulo, especificamente nas mesorregiões do Vale do Paraíba, Araraquara e Piracicaba, que contemplam 56,88% dos postos de trabalho do setor agropecuário destinados ao grupo populacional considerado neste estudo no ano de 2021.

Em relação à região Norte, embora ela apresente a menor participação relativa de jovens no setor agropecuário, configura-se como a única região brasileira com um crescimento contínuo de empregados nesse setor, tanto para homens quanto para mulheres, ao longo dos anos (2010/2019/2021). Essa tendência é possivelmente atribuída ao processo de expansão ocupacional e produtiva, exemplificado pelo avanço da fronteira agrícola de produção, que superou os limites do Centro-Oeste brasileiro, adentrando atualmente para o Norte, especialmente nos estados de Rondônia, Tocantins e Sul do Pará. Adicionalmente, o fator trabalho foi um dos determinantes para o processo de modernização agrícola da região supracitada, conforme destacado por Lobão e Staduto (2020).

Nas demais regiões (Nordeste, Sul e Centro-Oeste), percebe-se o declínio em termos relativos de homens e mulheres ocupados no setor agropecuário entre 2010 e 2019, e, posteriormente, crescimento entre 2019 e 2021, indicando que o setor reagiu relativamente rápido, em face da crise econômica e sanitária acometida em 2020 pelo vírus SARS-CoV-2.

Tabela 3 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro por Grandes Regiões – 2010, 2019 e 2021 (%)

Grandes Regiões	Homem			Mulher		
	2010	2019	2021	2010	2019	2021
Norte	6,36	8,18	8,84	3,56	4,56	5,27
Nordeste	20,71	18,33	19,90	12,30	15,80	17,41
Sudeste	41,00	38,40	35,41	48,48	42,57	40,30
Sul	14,13	14,18	14,32	20,76	19,35	19,56
Centro-Oeste	17,80	20,92	21,52	14,90	17,63	17,45
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

5 A legislação que limita o tempo máximo de colheita manual, feita pela redução de queimadas como método de despalha nos canaviais brasileiros, eliminando expressivamente parcela da força de trabalho ocupada nessa atividade. Essa força de trabalho corresponde significativamente pela ocupação formal do setor agropecuário no Sudeste (Baccarin; Alves; Gomes, 2013).

Para o Centro-Oeste, 65,91% do emprego formal agropecuário juvenil encontra-se no Mato Grosso, distribuído majoritariamente nas culturas da soja, do milho e algodão, em 2021 (RAIS, 2023). Diante da caracterização dessa região como “berço do agronegócio”, a participação da PEA juvenil agropecuária não lidera a maior participação nacional, supostamente pela grande receptividade de fluxos migratórios nas décadas de 1970/1980 decorrentes da expansão da fronteira agrícola no país, configurando um perfil de mão de obra mais experiente e com maior faixa etária, conforme salienta Cunha (2006).

No tocante à região Sul, 43,98% da PEA juvenil do setor agropecuário estava localizado no Rio Grande do Sul, em 2021, notadamente na mesorregião do Noroeste gaúcho (RAIS, 2023). De acordo com Alves (2014), essa mesorregião é pioneira no agronegócio regional, no que concerne à produção de cereais e oleaginosas.

Com base na RAIS (2023), o emprego formal juvenil nordestino se encontra pujante nos cerrados⁶ do Maranhão, Piauí e Bahia, concentrando 77,65% dos postos de trabalho formais da agropecuária nordestina para a faixa etária estudada, em 2021. Vale destacar que essas áreas possuem elevada concentração fundiária e produção orientada, especialmente, para o agronegócio, conforme destacam Oliveira, Doerner e Schneider (2020).

Quem são os jovens alocados no setor formal agropecuário brasileiro?

Em relação ao nível de escolaridade, em 2010, parcela expressiva dos homens jovens empregados no setor agropecuário formal no Brasil tinha o ensino médio completo (20,18%), enquanto a participação das mulheres é maior nessa faixa de escolaridade (30,15%), considerando o ano citado. Em 2019, os homens melhoram o seu nível de instrução, com 39,88% com ensino médio completo, já para as mulheres, o percentual é de 45,63% (Tabela 4). Esse crescimento perdura em 2021, com os homens (45,13%) e as mulheres (49,95%) na faixa de ensino aludida, indicando, por um lado, a seletividade da ocupação por nível de escolaridade, ao passo que se percebe um aumento neste. Ademais, cabe destacar que o número de ocupados analfabetos até o fundamental completo, em termos relativos, arrefeceu ao longo dos anos, para ambos os sexos.

Quanto às faixas compreendidas do ensino superior incompleto até o superior completo, nota-se aumento significativo do percentual de mulheres ocupando esses postos de trabalho que demandam maior qualificação. Em 2010, os valores foram de 1,58% para os homens e 4,76% para as mulheres. Em 2019, esse percentual aumenta para ambos os sexos: 2,30% (homens) e 8,19% (mulheres). Em 2021, foi de 2,37% (homens) e 7,89% (mulheres). Esse resultado mostra que, mesmo com o cenário conturbado ao longo dos anos (crise sanitária e econômica), as mulheres jovens ocupadas no setor agropecuário brasileiro são mais instruídas em relação aos homens (Tabela 4).

⁶ Para melhor compreensão da geração de empregos formais no setor agropecuário nordestino, recomenda-se consultar trabalhos sobre o Matopiba. Dentre o rol de estudos que abordam essa região, destaca-se o trabalho de Pereira, Castro e Porcionato (2018).

Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro: tendências e perspectivas

Tabela 4 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro segundo escolaridade – 2010, 2019 e 2021 (%)

Escolaridade	Homem			Mulher		
	2010	2019	2021	2010	2019	2021
Analfabeto	1,72	0,78	0,63	0,65	0,41	0,28
Até 5ª Incompleto	14,07	7,02	5,16	7,24	3,37	2,40
5ª Completo Fundamental	13,71	6,19	4,77	9,79	3,92	3,24
6ª a 9ª Fundamental	19,76	13,44	11,67	15,70	8,68	7,44
Fundamental Completo	17,51	14,92	14,09	16,46	11,72	10,50
Médio Incompleto	10,37	13,94	14,56	11,28	12,99	13,70
Médio Completo	20,18	39,88	45,13	30,15	45,63	49,95
Superior Incompleto	1,09	1,54	1,62	3,97	5,08	5,11
Superior Completo	1,58	2,30	2,37	4,76	8,19	7,89
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

Nesse sentido, é importante destacar que o processo de modernização da agropecuária brasileira foi responsável pelo intenso arrefecimento de postos de trabalho no meio rural, levando em conta o uso de tecnologias poupadoras de mão de obra e, paralelamente, à demanda por um profissional com novo perfil, ou seja, com maior nível de escolaridade (Balsadi, 2009).

De acordo com Mattei (2015), nos últimos anos, o setor agropecuário tem demandado trabalhadores cada vez mais instruídos, tendo em vista que a mecanização do trabalho agrícola exige seletividade na contratação da mão de obra por força de incorporação de novos métodos de organização da produção, a fim de aumentar a produtividade marginal do trabalho e conseqüentemente, o quantum cultivado.

Sob a óptica da remuneração (Tabela 5), verifica-se que, em 2010, expressiva parcela dos trabalhadores formais recebia de 1,01 a 2,00 salários mínimos, sendo 66,59% homens e 75,01% mulheres. Contudo, em 2019, houve piora no rendimento, a maioria dos homens passou a se concentrar na faixa de 1,01 a 2,00 salários (67,10%); e as mulheres (72,57%). Já em 2021, reduziu levemente a precarização, dado que ambos os sexos passaram a ser maioria na faixa de 1,01 a 2,00 salários mínimos, com os homens figurando com 62,70% e as mulheres em pior situação (65,93%).

A remuneração de até 01 salário mínimo passa por oscilações nos anos analisados, para ambos os sexos. Em 2010, as mulheres representavam um número maior, com 15,53%; em relação aos homens, com 12,40%. Em 2019, os homens declinam para 9,62%; e as mulheres para 14,62%. Dois anos depois (2021), as mulheres aumentaram sua participação na faixa salarial mais baixa (22,67%), enquanto os homens vêm em seguida, com 15,57%.

Vale ressaltar que nesse curto intervalo de tempo, aumentou significativamente o percentual de ocupados na faixa mais baixa de

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro: tendências e perspectivas

remuneração, indicando a desvalorização salarial para esses trabalhadores. Constatações análogas foram verificadas por Silva Filho e Silva (2012).

Uma das remunerações analisadas que merece destaque na Tabela 5 se refere ao estrato de 5,01 a 10,00 salários mínimos que, com o passar dos anos, apresentou considerável redução, chegando a ser quase irrelevante. Em 2010, tinha uma participação de 0,89% para os homens e de 0,76% para as mulheres. Em 2019, reduziu para 0,65% (homens) e reduziu 0,69% (mulheres). Já em 2021, os percentuais permaneceram constantes: 0,66% para homens e 0,66% para mulheres.

Tabela 5 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro segundo rendimento em salário mínimo – 2010, 2019 e 2021 (%)

Faixa de Remuneração em SM	Homem			2010		
	2010	2019	2021	2010	2019	2021
Até 1,00	12,40	9,62	15,57	15,53	14,62	22,67
1,01 a 2,00	66,59	67,10	62,70	75,01	72,57	65,93
2,01 a 3,00	14,50	15,81	15,32	5,74	7,37	7,29
3,01 a 5,00	4,99	4,36	4,44	2,28	2,50	2,37
5,01 a 10,00	0,89	0,65	0,66	0,76	0,69	0,66
10,01 a 20,00	0,13	0,06	0,05	0,13	0,07	0,05
Mais de 20,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
N classificado	0,50	2,38	1,26	0,54	2,16	1,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

Para evidenciar a precarização no mercado do mencionado setor, dados do IBGE (2023) revelam que o PIB agropecuário passou de R\$ 322 bilhões, em 2010; para R\$ 675 bilhões, em 2021, representando um crescimento de 109,63%. Contraditoriamente ao esperado, os trabalhadores do setor agropecuário (Tabela 5) deslocaram-se das faixas mais altas para as mais baixas de rendimento, arrefecendo sua participação no produto da economia.

Na busca de resultados mais robustos, a Tabela 6 compara o rendimento com base no sexo e na escolaridade. Considerando os trabalhadores analfabetos empregados no setor agropecuário brasileiro, constata-se aumento expressivo de homens e mulheres recebendo até 01 salário mínimo entre 2019/2021, sendo que as mulheres se encontraram em pior situação (26,17% para as mulheres, contra 24,93% para os homens, no ano de 2021).

Na faixa de 1,01 a 2,00 salários mínimos, onde concentra o maior número de empregados, percebe-se um sentido inverso ao constatado anteriormente. Enquanto entre 2010 e 2019, a participação de homens aumenta nessa faixa salarial, para as mulheres figura um leve declínio. Contudo, entre 2019/2021 ocorreu uma queda do número de trabalhadores nessa faixa salarial para ambos os sexos (75,23% para 64,78%, no que refere ao sexo masculino; e 78,16% para 69,16%, no que tange às mulheres).

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos



Tabela 6 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro segundo rendimento em salário mínimo e escolaridade (Analfabeto) – 2010, 2019 e 2021 (%)

Faixa de Remuneração em SM	Analfabeto					
	Homem			Mulher		
	2010	2019	2021	2010	2019	2021
Até 1,00	23,99	11,60	24,93	17,20	9,96	26,17
1,01 a 2,00	67,54	75,23	64,78	78,92	78,16	69,16
2,01 a 3,00	7,02	9,95	7,73	2,37	7,66	2,34
3,01 a 5,00	0,74	1,03	0,87	0,65	0,77	0,93
5,01 a 10,00	0,03	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00
10,01 a 20,00	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de 20,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
N classificado	0,65	2,02	1,69	0,86	3,45	1,40
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

Na verdade, o que está explícito é a intensa precarização no mercado de trabalho brasileiro. Dado o baixo nível de instrução dos trabalhadores (analfabetos), a tendência foi a concentração tanto de homens quanto de mulheres nas faixas iniciais de rendimento. Essas evidências estão em consonância com os estudos de Amaral, Rodrigues e Staduto (2020) e Balsadi (2009).

A Tabela 7 traz a participação dos trabalhadores jovens no setor agropecuário brasileiro com ensino superior incompleto até o superior completo e os seus rendimentos. Inicialmente, constata-se para o sexo masculino uma leve queda, seguida de aumento na faixa salarial mais baixa (até 01 salário mínimo) para os anos de 2010 (3,52%), 2019 (3,48%) e 2021 (5,27%). Para as mulheres, o crescimento na faixa de até 01 salário mínimo foi ininterrupto, 2010 (5,33%), 2019 (6,13%) e 2021 (8,58%).

Quanto à segunda faixa de rendimento (1,01 a 2,00 salários mínimos), observa-se a expressiva participação de ambos os sexos. Em 2010, os homens representavam 29,68% e as mulheres 43,95%. Em 2019, os homens aumentaram a sua participação para 35,76% e as mulheres para 48,46%. Dois anos depois (2021), verifica-se que o sexo feminino reduziu levemente para 47,56% e o masculino aumentou para 36,24% (Tabela 7).

Frente o exposto, fica evidente que a mulher jovem empregada no setor agropecuário tem uma remuneração inferior ao homem. Concomitantemente, parcela mais expressiva da PEA feminina (56,14% em 2021) está alocada nas faixas mais baixas de rendimento (até 02 salários mínimos), enquanto que para os homens essa participação é de 41,51%, no último ano da série (Tabela 7).

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

Tabela 7 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro segundo rendimento em salário mínimo e escolaridade (Ensino Superior incompleto até o Superior completo) – 2010, 2019 e 2021 (%)

Faixa de Remuneração em SM	Ensino superior incompleto até superior completo					
	Homem			Mulher		
	2010	2019	2021	2010	2019	2021
Até 1,00	3,52	3,48	5,27	5,33	6,13	8,58
1,01 a 2,00	29,68	35,76	36,24	43,95	48,46	47,56
2,01 a 3,00	23,78	27,34	26,86	23,65	24,23	26,55
3,01 a 5,00	21,75	20,34	20,56	17,55	14,15	13,81
5,01 a 10,00	16,57	9,68	9,44	7,93	4,69	4,60
10,01 a 20,00	4,19	1,37	1,01	1,39	0,50	0,35
Mais de 20,00	0,22	0,07	0,09	0,11	0,00	0,02
N classificado	0,29	1,97	0,54	0,10	1,84	0,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

A partir dessa dinâmica, observa-se que, ao longo dos 11 anos em estudo (2010 a 2021), tanto a participação masculina e notadamente a feminina se deslocaram para faixa de remuneração mais baixa, apesar de apresentarem um patamar mais elevado de educação. Ademais, apesar de possuir o mesmo nível de instrução dos homens, as mulheres recebem remuneração inferior a eles, retratando a discriminação contra elas no setor agropecuário brasileiro, ratificando a tendência nas demais atividades do país (Silva Filho; Silva; Queiroz, 2015).

Quanto às três últimas faixas (mais de 05 salários mínimos), observa-se redução para ambos os sexos. Em 2010, os homens representavam 20,98% e as mulheres 9,43%. Em 2019, os homens eram 11,12% e as mulheres 5,19%. Em 2021, os homens declinam para 10,54% e as mulheres representam somente 4,97%. Isso mostra a diminuição na participação feminina e masculina, mais escolarizada, nas faixas salariais de maior rendimento, em que a mulher é relativamente mais prejudicada, dado que mesmo possuindo o mesmo nível de educação formal, elas são minoria em relação à mão de obra masculina. Esses achados convergem com as constatações de Amaral, Rodrigues e Staduto (2020).

Em relação ao tempo de permanência dos trabalhadores jovens empregados formalmente na agropecuária (Tabela 8), percebe-se que, em 2010, 55,25% dos homens trabalharam por menos de 01 ano, caindo para 51,88% em 2019, vindo a subir em 2021 para 56,90%. Para as mulheres, a rotatividade é mais elevada, tendo em vista que em 2010, 56,96% estavam alocadas por menos de 01 ano no tempo de serviço, reduzindo para 52,96% em 2019 e atingindo 59,90% em 2021. Nesse sentido, após a pandemia aumentou a rotatividade dos trabalhadores, com níveis superiores em relação aos registrados em 2010

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

(Tabela 8).

De acordo com a Tabela 8, entre as faixas compreendidas entre 01 a 05 anos ou mais de tempo de serviço, percebe-se uma redução de permanência dos empregados no intervalo (2019/2021), indicando que os trabalhadores, em ambos os sexos, estão cada vez mais suscetíveis ao desemprego.

Apesar do aumento da rotatividade no setor agropecuário, novamente as trabalhadoras jovens são mais suscetíveis ao desemprego em relação aos trabalhadores (Tabela 8). Essa evidência vai ao encontro das lições de Mendel e Semyonov (2014), que ressaltam que a explicação do diferencial de atributos produtivos passa notadamente pela variável anos de estudo, quando as mulheres possuem, em média, maior escolaridade formal que os homens, fazendo com que elas recebam em média, mais do que eles, o que contribui consideravelmente com o sinal negativo do componente de dotação. Em contrapartida, os homens possuem, em média, mais tempo de experiência, fatores esses que podem contribuir com a disparidade salarial positiva mediante a redução do peso do componente de dotação.

Tabela 8 – Jovens no mercado de trabalho formal agropecuário brasileiro por tempo de serviço – 2010, 2019 e 2021 (%)

Tempo de serviço	Homem			Mulher		
	2010	2019	2021	2010	2019	2021
Menos de 1 ano	55,25	51,88	56,90	56,96	52,96	59,90
1 a menos de 3 anos	28,95	30,07	27,22	29,54	30,09	26,58
3 a menos de 5 anos	9,25	10,17	9,04	8,37	9,64	7,96
5 anos ou mais	6,50	7,82	6,67	5,03	7,65	5,37
Ignorado	0,04	0,07	0,16	0,10	0,06	0,19
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2024) com base nos dados da RAIS/MTE.

Para Corseuil *et al.* (2013), o aumento da rotatividade está provavelmente associado à reestruturação produtiva, ao avanço tecnológico e aos novos métodos de organização do trabalho, produção e dos encargos trabalhistas. Esses fatores incentivam os proprietários dos fatores de produção a utilizar mão de obra terceirizada e contratos temporários com o propósito de reduzir custos.

Conforme Baltar e Proni (1996), a permanência dos trabalhadores em um determinado setor da atividade econômica é determinada principalmente pela flutuação sazonal e cíclica da atividade econômica, bem como pelas estratégias de redução do custo salarial, com intuito de evitar acumulação de tempo de serviço, o que encarece a mão de obra e cria dificuldades para a dispensa posterior. Essas concepções foram ratificadas no estudo de Moura e Paiva (2018) no contexto do setor agropecuário.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar o mercado de trabalho formal de jovens (em idades entre 15 e 29 anos) alocados no setor agropecuário brasileiro, nos anos de 2010, 2019 e 2021. Para tanto, traçou-se o perfil socioeconômico e demográfico dos ocupados em tal setor. Destarte, a limitação deste estudo centra-se no fato de contemplar apenas a formalidade. Contudo, a intenção foi observar o emprego sob essa perspectiva, tendo em vista que é a forma mais demandada pela PEA do país.

Os resultados iniciais revelaram, ao longo dos anos estudados, um aumento absoluto e notadamente relativo na participação feminina no setor agropecuário brasileiro, em comparação aos homens, especialmente no biênio 2019/2021.

No tocante aos jovens empregados no setor agropecuário, tanto homens quanto mulheres estão localizadas expressivamente na região Sudeste. Com relação à escolaridade, as mulheres são mais instruídas em relação ao sexo oposto. Em 2021, elas tinham maior participação relativa no ensino superior completo, quando comparado aos homens. Ainda assim, quanto aos rendimentos, as mulheres são maioria relativa nas faixas salariais mais baixas e minoria nos rendimentos mais elevados.

Vale destacar o empobrecimento dos trabalhadores jovens, principalmente mulheres, após o ano de 2019, marcado pela pandemia, em que se observou a mobilidade de trabalhadores das faixas de rendimento altas para as baixas.

Outra questão a se destacar é a elevada rotatividade da mão de obra, sobretudo a feminina, o que impede os aumentos salariais, tendo em vista que o tempo de serviço se traduz em aumento do conhecimento, experiência e acúmulo de produtividade. Para o setor agropecuário, alvo da pesquisa, as questões edafoclimáticas e a sazonalidade da produção podem contribuir para o aumento do fluxo de admissões e demissões em um curto período.

Diante desse panorama, constatou-se uma acentuada precarização no setor agropecuário, afetando ambos os sexos, especialmente após os recentes impactos da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2. Apesar do aumento da participação das mulheres nesse setor, elas continuam enfrentando discriminação por gênero. Mesmo ao buscar qualificação, a mulher se depara com uma competição desigual que beneficia o sexo oposto, refletida na desvalorização de sua mão de obra, mediante salários mais baixos, ainda que possua níveis educacionais equivalentes aos dos homens.

Com isso, destaca-se que a mecanização agropecuária tem contribuído para o “rompimento” dos empecilhos para que as mulheres sejam alocadas no mercado de trabalho de maneira menos excludente, uma vez que a dotação física, antes considerada uma característica intrinsecamente masculina, passou a ter uma importância relativamente menor para a empregabilidade. Isso ocorre porque as atividades agropecuárias, que tradicionalmente exigiam esforço físico, estão se tornando mais intensivas em capital.

Nessa perspectiva, necessita-se de ações destinadas a fixar o jovem no mercado de trabalho agropecuário, evitando a mudança para outros segmentos/setores da atividade econômica que também sofrem acentuada

precarização do trabalho. Ademais, este estudo sinaliza aos formuladores de políticas públicas que o arrefecimento da precarização do mercado de trabalho não se limita exclusivamente pela qualificação dos profissionais, mas requer uma transformação na estrutura desse mercado, marcado pela elevada flexibilidade e discriminação. Isso contradiz, em certa medida, a teoria hegemônica do capital humano, ao evidenciar que a escolaridade é uma condição necessária, porém não suficiente, para garantir empregos mais estáveis e melhor remunerados.

Por fim, estudos subsequentes poderão aprofundar análises adicionais sobre as disparidades entre homens e mulheres jovens no setor agropecuário brasileiro pós-pandemia mundial. Isso incluiria também a desagregação da faixa etária juvenil (15-19, 20-24 e 25-29) e a incorporação de novas variáveis, como raça/cor, que poderiam captar a discriminação salarial por gênero.

Referências

ALVES, Clovis Tadeu. Serviço de expansão da triticultura: política quantitativa, transformações qualitativas no agronegócio da mesorregião noroeste RS 1940/1955. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 20, n. 42, p. 67-90, 2014.

AMARAL, Josineide Aquino da Silva.; BERNARDO, Luciana Virgínia Mario.; STADUTO, Andronio Raimundo. Emprego formal na agropecuária do estado de Rondônia: uma análise do comportamento do mercado de trabalho. **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 210-230, 2020.

AMARAL, Josineide Aquino da Silva.; RODRIGUES, Karla Cristina Teodoro.; STADUTO, Andronio Raimundo. Emprego formal na agropecuária do Estado do Paraná: Uma análise por sexo. **Economia & Região**, v. 8, n. 1, p. 163, 2020.

ARAÚJO, Juliana Bacelar. **Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000**. Campinas, SP, 2017, 319 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BACCARIN, José Giacomo; ALVES, Francisco José da Costa; GOMES, Luiz Felipe Campos. Emprego e condições de trabalho dos canavieiros do centro-sul do Brasil entre 1995 e 2007. *In*: BACCARIN, José Giacomo; FILIPAK, Alexandra (Org.). **Agroenergia e etanol**: questões administrativas, econômicas e sociais. Jaboticabal: FUNEP, 2013. p. 317.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BALSADI, Otávio Valentim. Evolução das ocupações e do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2006. *In*: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. (Org.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. 1

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

ed. v. 9. Brasília: IICA, Fórum DRS, 2009.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BALTAR, Proni. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão IPEA 2036. Brasília: IPEA, fev. 2015.

BALTAR, Proni. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. *In*: OLIVEIRA, C. A. B. et al. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de.; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Texto para Discussão n. 377. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010, 2019 e 2021 Base de dados estatísticos**. Brasília. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 27 set. 2023.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BUAINAIN, Antônio Márcio.; ALVES, Eliseu.; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite.; FOGUEL, Miguel Nathan.; GONZAGA, Gustavo. RIBEIRO, Eduardo Pontual. A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. **Nota Técnica**, IPEA, mercado de trabalho n° 55 ago, 2013.

COSTA, Edward Martins; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desemprego severo no meio rural brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Curitiba, v. 14, p. 1-25. 2020.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n.1, p.3-29, 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012)**.

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Editora Saraiva, 2012.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Dinâmicas dos mercados de trabalho no campo, In: BUAINAIN, A. M., DEDECCA C. S (Org.) **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**, v. 9, Brasília–DF, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2008.

DUNSCH, Sophie. Okun's Law and youth unemployment in Germany and Poland. **International Journal of Management and Economics**, v. 49, n. 1, p. 34-57, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 1, n. 7, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José.; KAGEYAMA, Ângela. Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 235-266, abr. 1983.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GREMAUD, Amaury Patrick.; VASCONCELOS, Antonio Sandoval.; TONETO, Júnior. **Economia brasileira contemporânea**, 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. [Análise, n. 7/2015], Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil, São Paulo. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUE, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HUCKFELDT, Cristovão. **Understanding the scarring effect of recessions** (Meeting Papers, n. 1207). SED, 2018.

KAGEYAMA, Ângela.; LEONE, Eugênia Troncoso. Trajetórias da modernização agrícola e emprego agrícola: Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.40, n.1, p.9-28, 2002.

KON, Anita. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil**. Editora Altas Books. Rio de Janeiro. 2016.

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza.; STADUTO, Jefferson Andronio Raimundo. Modernização Agrícola na Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, n.2, p.1–18, 2020.

MATTEI, Lauro. Emprego Agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados (USP)**, v. 29, n. 3, p. 001-388, 2015.

MENDEL, Hadas, SEMYONOV, Moshe. Wage gaps between men and women and the employment sector: sources of disparities in earnings in the United States. **Demography**. v. 51, n 4, p. 1597-1618, 2014.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias.; QUEIROZ, Silvana Nunes de.; CAMPOS, Jarvis. Desigualdades de gênero no trabalho remunerado e no trabalho reprodutivo. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 3, p. e021004, 2021.

MOURA. José Ediglê Alcantara. PAIVA. Maria Jeanne Gonzaga de Paiva. Perfil socioeconômico dos trabalhadores formais do setor agropecuário dos estados da Bahia e do Ceará (1998/2010). **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.10, n.3, p. 139-156, 2018.

MUELLER, Charles Curt. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 64-87, jul./set. 1992.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda de.; DOERNER, Stefan.; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Desenvolvimento econômico no MATOPIBA: os arranjos produtivos locais da soja. **Economia Ensaios**, v. 35, n. 2, p. 68-81, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino**. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends-for-women2018/WCMS_619603/lang--es/index.htm. Acesso em: 1 jan. 2018.

PAULO, Evânio Mascarenhas; ALVES, Chistiane Luci Bezerra. Dinâmica e tendências recentes do trabalho juvenil na região Nordeste (2012-2017). **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 9, n.2, p. 608-624, 2021.

PEREIRA, Caroline Nascimento.; CASTRO, César Nunes de.; PORCIONATO, Gabriela Lanza. Expansão da agricultura no MATOPIBA e impactos na infraestrutura regional. **Revista de Economia Agrícola**, v. 65, n.1, p. 15-33, 2018.

PIRES, José de Souza.; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v.40, n.3, p. 411-424, 2009.

POCHMANN, Márcio (Org.). **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

REIS, Maurício. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.

SANTOS, Emerson Costa.; FERREIRA, Maria Alice. Transição demográfica e crescimento econômico do Brasil: uma análise a partir da razão de dependência. **Economia e políticas públicas**, v. 8, n.1, p. 125-152, 2020.

SANTOS, Gilnei C.; FONTES, Rosa. M. O.; BASTOS, Patrícia. M. A.; LIMA, João Eustáquio. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. **Série FORO**, v.1, n.1, p. 132-1161, 2009.

SILVA, Dirceu.; LOPES, Evandro Luiz.; BRAGA JÚNIOR, Sérgio Silva. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v.5, n.1, p.1-18, jan./abr. 2004.

SILVA, Gustavo Bianchi.; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr. 2014.

SILVA, Rodrigo Peixoto da.; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Padrões de modernização na agropecuária brasileira em 2006. **Revista de Economia Aplicada**, v. 25, n.1, p. 33-64, 2021.

SILVA FILHO; Luís Abel da.; MARIANO, Jorge Luís Silva. Evolução do emprego formal agropecuário no Nordeste brasileiro – 1999-2009. **Revista Geonordeste**, v. XXII, n .2, 2011.

SILVA FILHO, Luís Abel da.; SILVA, Fábio José Ferreira da.; QUEIROZ, Silvana Nunes. Avaliação empírica do emprego formal agropecuário no Centro-Oeste -2000/2008. **Revista Perspectiva Econômica**, v. 6, n. 2 p.1-22 jul/dez, 2010.

SILVA FILHO, Luís Abel da.; SILVA, Fábio José Ferreira da.; QUEIROZ, Silvana Nunes. Jóvenes en el mercado de trabajo formal brasileño: un análisis cuantitativo. **Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión**, v. 23, n, 2, p. 21-34, 2015.

STOFFEL, Janete. **A influência da Agricultura Familiar no desenvolvimento rural na Região Sul do Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2013.

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos



SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. A modernização da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 8, n. 67, p. 231–249, 2011.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

VIEIRA FILHO, João Eustáquio Ribeiro. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. *In*: BUAINAIN, A. M., et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Parte 3, cap. 2, p. 395- 421.

XAVIER, Analucia R; SILVA, Jonadab S; CONCEIÇÃO, Johnatan Felipe; LACERDA, Gilmar; KANAAN, Salim. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, Rio de Janeiro, v. 56, e3232020, 2020.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

José Ediglê Alcantara Moura: Conceituação, Curadoria de dados, Metodologia, Investigação, Análise formal, Escrita – primeira redação e Supervisão.

Moacir de Souza Júnior: Análise formal, Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)], Escrita–revisão e edição.

Filipe Augusto Xavier Lima: Metodologia, Análise formal, Validação, Escrita – revisão e edição e Supervisão.

Kilmer Coelho Campos: Validação, Análise formal, Escrita – revisão e Supervisão.

Recebido em 11 de fevereiro de 2024.

Aceito em 07 de agosto de 2024.

José Ediglê Alcantara Moura, Moacir de Souza Júnior, Filipe Augusto Xavier Lima, Kilmer Coelho Campos

226